II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO SEXUAL - II SIES
Gênero, Direitos e Diversidade Sexual: Trajetórias Escolares
28, 29 e 30 de abril de 2011
MARINGÁ - PR
UEM Universidade Estadual de Maringá
ISSN 2177-1111
www.sies.uem.br

IDENTIDADE TRAVESTI E EXCLUSÃO SOCIAL SOB A PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA HISTÓRICO - CULTURAL

Caprice Camargo Jacewicz - UFPR[1]

RESUMO:

Este trabalho busca analisar os desafios que permeiam o processo de construção da identidade de gênero feminina travesti em um contexto sócio-cultural que se pauta pela heteronormatividade, por relações desiguais de poder e pela existência de normas de gênero rigidamente construídas. A pesquisa foi desenvolvida fundamentando-se na perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural de Vigotski e no método do materialismo histórico e dialético. Assim, partiu-se do concreto, por meio da realização de quatro entrevistas com travestis que residiam à época da pesquisa em Curitiba/PR. Destes relatos foi possível extrair a categoria de análise nomeada de exclusão social, especialmente representada pela exclusão familiar e escolar. Ao longo da análise, reflete-se acerca da existência de identidades de gênero ambíguas, que não se adequam às normas reguladoras, rompendo com supostas verdades que afirmam que um determinado gênero está "naturalmente" associado a um sexo anatômico correspondente. Esta reflexão também provoca o questionamento acerca dos lugares sociais atribuídos a cada um e que, reproduzidos e reiterados pela família, escola e outras instituições sociais, terminam por criar a ilusão de um destino natural para cada pessoa, dificultando o intercâmbio de posições e reforçando a marginalização.

Palavras - chave: Psicologia Histórico-Cultural; travesti; exclusão social.

1 - INTRODUÇÃO:

O presente artigo foi desenvolvido sob a perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural de Vigotski, ancorada na possibilidade de uma psicologia dialética e crítica. Esta se fundamenta no marxismo e adota o método do materialismo histórico e dialético para a análise dos fenômenos, concebendo a pessoa como ativa, social e histórica. Sob esta perspectiva, nega-se a tendência de se perceber o ser humano como universal, estático e

[1] Acadêmica do 5º ano de Psicologia.
Orientador: Ms. Márcio César Ferraciolli - Departamento de Psicologia da UFPR.
Co-orientadora: Ms. Marcia Cristina Gonçalves de Oliveira Frassão – Departamento de Psicologia da UFPR.

uniforme (TULESKI, 2008); ao contrário, pensando-o como inacabado, sempre em transformação.

Por meio deste método é possível encontrar os pressupostos para a construção de um conhecimento que atenda à realidade social e ao cotidiano das pessoas. Para se chegar ao sujeito como manifestação de um todo histórico e social, é necessário realizar uma análise que parte do empírico, levando a um aprofundamento que resgate o caráter histórico do fenômeno, indo para além do aparente, o que pode ser feito por meio de categorias que permitem análises gradativamente mais profundas. Este foi o percurso metodológico que orientou o presente trabalho.

A pesquisa teve como objetivo proporcionar uma maior compreensão acerca dos desafios que permeiam a construção da identidade de gênero feminina travesti em um contexto social que se fundamenta na norma heterossexual e em referenciais de masculinidade e feminilidade bem definidos.

A heteronormatividade, referindo-se a um processo de produção e reiteração compulsória da norma heterossexual na sociedade, cria a ilusão de verdade universal e de uma aparente a-historicidade acerca das normas de gênero, exigindo um alinhamento coerente entre sexo, gênero e sexualidade. O que escapa a este alinhamento é, então, rotulado de anormal.

Este trabalho também provoca uma reflexão acerca das formas como se estabelecem os “lugares sociais adequados” para cada pessoa no interior de uma cultura, permitindo pensar sobre as estratégias sutis e refinadas que as instituições sociais se utilizam para reproduzir e manter o “lugar natural” de cada um.

A análise partiu de quatro entrevistas realizadas com travestis femininas entre 35 e 50 anos de idade. As entrevistas seguiram um modelo semi-estruturado. O roteiro de entrevistas foi composto por perguntas abertas, agrupadas em núcleos temáticos, quais sejam: dados pessoais; infância, adolescência, escola, relações familiares e amizades; saída da cidade natal, vinda para Curitiba/PR e moradia; trabalho e lazer; saúde e hábitos; início da transformação do corpo, dificuldades encontradas e satisfação; violência e discriminação; impressões, desejos e experiências de vida.

As travestis[2], no momento da pesquisa, moravam em Curitiba/PR. Por meio de seus relatos, foi possível conhecer aspectos de suas histórias de vida, suas diferenças e seus

[2] Foram utilizados pronomes e artigos femininos para se referir às travestis em respeito à sua identidade de gênero feminina.

elementos em comum. A pesquisa levou em conta estes elementos em comum, analisando-os a partir de um contexto histórico e social que repele identidades que não apresentam coerência com as normas culturalmente construídas a respeito de sexo e gênero.

O conteúdo das falas foi extensivamente analisado a fim de serem selecionadas categorias a respeito dos temas que pareceram mais relevantes. Posteriormente, foi feita revisão de literatura buscando elementos nas autoras e autores de Gênero e da perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural que permitissem a compreensão da temática em estudo e seu diálogo com as categorias que surgiram nas entrevistas. A exclusão social, especialmente representada pela exclusão familiar e escolar, acarretando conseqüências no acesso ao trabalho e à renda, configura-se como uma importante categoria que foi analisada articulando-se os relatos das entrevistas com as autoras e autores pesquisados.

2 – IDENTIDADES DE GÊNERO E TRAVESTIS:

Segundo Scott (1988, *apud* PIERUCCI, 1999, p. 125), gênero "é uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado". Sexo é o substrato biológico sobre o qual são construídas as práticas sócio-culturais de gênero. De acordo com Scott (1995, *apud* BENTO, 2006), "gênero" deve ser pensado como uma categoria analítica, constituindo-se através de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, que, por sua vez, se constituem no interior de relações de poder, relações estas desiguais que privilegiam o sujeito masculino em detrimento do feminino.

Butler (2010) reafirma que o gênero é culturalmente construído, conseqüentemente não é nem o resultado causal do sexo, tampouco é tão aparentemente fixo quanto o sexo. Desta forma, pensar-se a distinção entre sexo e gênero exige uma descontinuidade radical entre corpos sexuados e gêneros culturalmente construídos, o que permite questionar as normas de inteligibilidade cultural[3] a respeito dos gêneros.

Esta autora ainda ressalta que a idéia de uma identidade original do gênero é freqüentemente parodiada nas práticas da travestilidade. A noção de paródia de gênero que a autora defende não presume a existência de um original que é imitado. *A paródia que se*

[3] Conceito formulado por Butler (2010) para se referir ao fato da norma cultural heterossexual reconhecer como gêneros inteligíveis apenas aqueles que mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo. Assim, sob este ponto de vista, certos tipos de identidade de gênero parecem ser impossibilidades lógicas ou falhas do desenvolvimento, justamente por não se conformarem às normas de inteligibilidade cultural.

faz é da própria idéia da existência de um original. Esse deslocamento constitui uma fluidez de identidades que sugere uma abertura à resignificação e à recontextualização.

Não se pode falar em uma identidade travesti sólida, básica e universal. As travestis estão sempre se construindo e experenciando novas formas de ser e de viver. Seus corpos, sempre transformados, desvelam que a construção de sua identidade é algo complexo, fluido e inacabado. Elas transitam entre os gêneros, rompendo com a dicotomia masculino/feminino e com a heterossexualidade compulsória[4], demonstrando que existem outras formas de vivenciar a sexualidade e o próprio gênero.

O desejo da travesti de ser vista como mulher, expressado pelas roupas, pelos cabelos, pelo cuidado com o corpo, pela maneira de falar e de se portar representa a necessidade de se evocar as idealizações acerca dos gêneros. Estas idealizações, para Bento (2006), estabelecem os domínios da masculinidade e feminilidade apropriados e impróprios, fundamentando-se no dimorfismo ideal e na complementaridade heterossexual dos corpos. Evocando essas idealizações, as travestis estão interpretando performaticamente as normas de gênero culturalmente postas, mostrando as suas fissuras, incoerências e novas possibilidades.

As narrativas das entrevistadas demonstram uma ruptura com a linha de continuidade e de coerência que se supõe entre natureza e corpo, sexualidade e gênero, ao mesmo tempo em que apontam, subversivamente, os limites da eficácia das normas de gênero e abrem espaços para a produção de fissuras que podem libertar o gênero do corpo sexuado.

Segundo Rego (2002), a partir de sua inserção num dado contexto cultural, de sua interação com membros de seu grupo e de sua participação em práticas sociais historicamente construídas, a criança incorpora ativamente as formas de comportamento já consolidadas na experiência humana. Essa autora afirma que a cultura não é pensada por Vigotski como algo pronto e estático ao qual a pessoa se submete, mas sim é um palco onde os sujeitos estão num constante movimento de recriação e reinterpretação de conceitos e significados.

Portanto, o comportamento humano é uma construção social e só pode ser transmitido socialmente, não sendo dado *a priori* (VIGOTSKI, 2003). Assim, é importante

[4] Conceito formulado por Adrienne Rich em *Heterossexualidade compulsória e existência lésbica* (1980) para denominar o sistema social que instaura a sexualidade binária e hierarquizada como um dado da natureza e permite o uso e a apropriação dos corpos femininos pelos homens.

analisar a identidade de gênero feminina da travesti não como uma essência anterior que a constitui dessa forma, mas sim como um processo ativo e permanente de construção de uma identidade que ocorre por meio da apropriação de normas de gênero e comportamentos balizadores determinados culturalmente.

A construção da identidade de gênero é um processo longo e ininterrupto. Na socialização primária começam a ser interiorizados os primeiros enunciados, que são reproduzidos como verdades naturalizadas pelas instituições familiares, escolares e religiosas. Estes enunciados funcionam como uma bússola, determinando as condutas individuais.

O receio de serem rotuladas de aberrações impulsiona as travestis à identificação com o estereótipo da feminilidade desde a mais tenra infância (vaidade, trejeitos, sensibilidade, etc.), pois esta é a única maneira que percebem ser legítima para a sua acomodação em um contexto binário que não permite outros arranjos. Ao mesmo tempo em que as travestis subvertem as normas de gênero por meio de suas performances, elas procuram reiterá-las buscando um enquadramento em um processo contraditório e, muitas vezes, alienado. A não percepção de que a naturalização da dicotomia masculino/feminino não é uma verdade universal, leva a uma procura, a partir dos meios que encontram à sua disposição, a um enquadramento na norma que julgam ser absoluta.

O corpo das travestis, sob esta ótica, adquire um significado próprio por meio das mudanças corporais efetivadas. Segundo Benedetti (2005), o corpo é, sobretudo, uma linguagem, pois é por meio dele que os significados do feminino e do masculino se concretizam e conferem à pessoa suas qualidades sociais. É no corpo que as travestis se produzem como sujeitos.

3- EXCLUSÃO SOCIAL: FAMÍLIA E ESCOLA

Segundo Berger e Luckmann (1976), a ordem social é uma progressiva produção humana. Ela não existe por si só, existindo unicamente como produto da atividade humana. Isto também se aplica às instituições (Estado, família, Igreja, escola, etc.), pois elas sempre têm uma história, da qual são produtos. Estas controlam a conduta humana, estabelecendo padrões previamente definidos de conduta, que a canalizam em uma direção por oposição às muitas outras direções que teoricamente também seriam possíveis. Portanto, a

sexualidade humana é uma das condutas reguladas por um padrão que exclui várias alternativas diferentes.

Os relatos das entrevistadas demonstram situações de exclusão em diversos contextos. O rompimento de vínculos significativos, a falta de aceitação na família e na escola, as dificuldades de acesso aos mais diversos locais públicos e ao trabalho e à renda, colocam as travestis em uma situação de expressiva vulnerabilidade que deve ser considerada. A partir do momento em que assumem publicamente sua identidade de gênero feminina, passam a enfrentar o preconceito e a exclusão em esferas sociais cada vez mais amplas.

O abandono familiar e escolar têm sido importantes elementos na formação da identidade travesti, gerando intenso sofrimento, marginalização e redução de possibilidades de escolha.

A não aceitação de um ou vários membros da família foi mencionada por todas as entrevistadas. Diante disso, constata-se que é a família quem provoca o primeiro rompimento de vínculos significativos das travestis.

Segundo Bourdieu (2010), é à família que cabe o papel principal na reprodução da dominação e da visão masculinas. É na família que se impõe a experiência precoce da divisão sexual do trabalho e da representação legítima dessa divisão, garantida pelo direito e inscrita na linguagem.

Reis (2004) enfatiza que, além da função de reprodução biológica, a família também exerce a função ideológica, por meio da reprodução social. É na família que os indivíduos são educados para reiterar essas funções a fim de dar continuidade à estrutura familiar. Diante disto, deixar o lar familiar e mudar-se de cidade parece ter sido a única alternativa encontrada pelas entrevistadas para dar continuidade ao seu processo de construção identitária.

Em relação à educação formal, três das quatro entrevistadas relataram problemas de aceitação no ambiente escolar por parte de colegas e professores, o que as impulsionou à uma evasão precoce, não havendo mais retomado os estudos posteriormente.

Uma delas relata um acontecimento ocorrido na época em que ia à escola:

> “Tive problemas enormes dentro do colégio. No tempo em que eu estava na creche as professoras achavam que eu tinha problema mental. Fui tirada de dentro do colégio normal e me levaram pra escola de criança especial, sem minha mãe saber, sem nada. Fui levada pra lá, daí me colocaram numa sala que tinha quinze ou dezesseis crianças especiais. Aquelas

> crianças se batiam, gritavam... Eles amarravam as crianças pra elas não se machucarem. Eu fiquei na sala das duas horas da tarde, quando cheguei lá, até cinco e meia. Eu não me mexi, não consegui chorar, não consegui falar, não consegui nada... Só fiquei sentada na cadeira e com medo. Com medo como até hoje eu tenho. É inexplicável... Não tenho necessidade de ter medo porque a gente sabe que não é nada, mas eu não sei se não levei um choque muito grande, mas me jogaram lá e lá me deixaram o dia inteiro. Se não fosse minha madrinha às seis horas da tarde me buscar e falar que eu nunca mais voltaria lá, acho que até hoje estaria lá."

A respeito de uma experiência negativa na escola, outra entrevistada relata:

> "Daí a diretora chamou a minha mãe, conversou com ela dizendo que eu tava com um problema muito sério. Que eu estava com uma doença, tinha que ir ao médico. Psiquiatra. (...) Eu cheguei a ser expulsa da escola. Fui muito criticada na escola, sabe? Pela minha sexualidade. Ah, era muito difícil... Professor, a homofobia, tudo junto."

Miranda (2004, p. 131) ressalta que:

> A marginalidade social seria facilmente explicada pela incapacidade de adaptação do indivíduo às normas sociais. Fica, assim, plenamente justificada a finalidade ideológica da escola de promover a adaptação do indivíduo à sociedade. A escola é uma agência socializadora de uma sociedade que se afirma democrática. Se o processo de socialização-integração não é possível, preserva-se a escola e a ordem democrática, pois a responsabilidade será sempre do indivíduo inadaptado.

Assim, segundo esta autora, cabe questionar se a escola é um fator de emancipação ou de manutenção das relações de dominação. Se na escola não há espaço para aquele que não se adapta aos padrões de normalidade, ela certamente não será neutra. Portanto, pode-se dizer que a escola funciona como reprodutora das relações sociais, através dos processos de seleção e exclusão daqueles que diferem da norma.

Aprofundando, Meyer (2007) enfatiza que os processos educativos envolvem estratégias sutis e refinadas de naturalização que precisam ser reconhecidas e problematizadas. Uma noção singular, universal e naturalizada de gênero e sexualidade vem sustentando currículos e práticas das escolas. Segundo Louro (2007, p. 43):

> A instituição escolar tem obrigação de nortear suas ações por um padrão: haveria apenas um modo adequado, legítimo e normal de masculinidade e de feminilidade e uma única forma sadia e normal de sexualidade, a heterossexualidade; afastar-se desse padrão significa buscar o desvio, sair do centro, tornar-se excêntrico.

Louro (2007) esclarece que os conteúdos das escolas frequentemente têm como referencial central o homem branco e heterossexual, visão esta que dificulta o desenvolvimento de outras formas de pensar as pessoas e seus lugares. A contínua afirmação e reafirmação deste lugar privilegiado faz acreditar em sua universalidade e permanência e, assim, todas as produções da cultura construídas fora deste lugar central assumem o caráter de diferentes e exóticas. Esta autora ainda ressalta que, em coerência com essa lógica, os conteúdos nas escolas acabam assumindo a identidade masculina e heterossexual como referência central, dificultando o desenvolvimento de outras formas de pensar as pessoas e seus lugares.

Há décadas o movimento feminista, o movimento negro e também os movimentos das chamadas minorias sexuais vêm denunciando a ausência de suas histórias, suas questões e suas práticas nos currículos escolares. As respostas a estas denúncias são quase sempre vagas, reconhecendo-se tais ausências e, eventualmente, instituindo-se datas comemorativas como o dia da mulher, o dia de combate à homofobia, o dia da consciência negra, o dia do índio, etc. No entanto, conforme Meyer (2007), o próprio fato de existirem dias especiais, que as escolas se empenham em comemorar, indica o caráter da diferença, pois os “normais” não precisam de dias especiais para ser lembrados.

Butler (1999, *apud* LOURO, 2007, p. 47) afirma que “a diferença sexual não é, nunca, simplesmente uma função de diferenças materiais que não sejam, de alguma forma, simultaneamente marcadas e formadas por práticas discursivas.” Os discursos traduzem-se em hierarquias que são atribuídas às pessoas e que são, muitas vezes, assumidas por elas mesmas sem uma prévia reflexão ou questionamento. Tendo isso em vista, é salutar que as educadoras e educadores saibam como estes discursos que instituem diferenças são produzidos, quais os efeitos que estes exercem, quem é marcado como diferente, como os currículos representam as pessoas e que possibilidades, destinos e restrições a sociedade lhes atribui.

Louro (2007) propõe uma estratégia que seja mais desestabilizadora, colocando em discussão esse tipo de representação; problematizando, por exemplo, por que a heterossexualidade é aceita como norma em nossa cultura. Isso permite que se saia de uma perspectiva de mera contemplação e aceitação das diferenças como naturais para outra que permita examinar as formas como essas diferenças são produzidas e nomeadas, refletindo-se acerca de qual interesse elas atendem.

ISSN 2177-1111
www.sies.uem.br

Desta forma, para esta autora, a diferença deixa de ser compreendida como um dado e passa a ser vista como uma atribuição que é feita a partir de um determinado lugar. Assim, é necessário abandonar a posição que ignora ou subestima as histórias de subordinação experimentadas por alguns grupos sociais, e, ao mesmo tempo, dar-se conta da assimetria que está implícita na idéia de tolerância. Esta se liga à idéia de condescendência, permissão ou indulgência, atitudes que são exercidas quase sempre por alguém que se percebe como superior. Cabe às educadoras e educadores desconfiar da inocência das palavras, colocando em questão a suposta neutralidade dos discursos, olhando-se para além destes.

Diante deste quadro, deve-se atentar às estratégias públicas que são postas em ação, cotidianamente, para garantir a estabilidade da identidade "normal" e de todas as formas culturais a ela associadas. É necessário também pensar nas estratégias que são mobilizadas para marcar as identidades "diferentes" e aquelas que buscam superar o medo que as identidades excêntricas provocam. Deve-se, enfim, voltar-se para práticas que desestabilizem e desconstruam a naturalidade, a universalidade e a unidade do centro e que reafirmem o caráter construído, cambiante e plural de todas as posições.

Louro (2001) ainda afirma que um currículo *queer*[5] se distingue de programas onde as diferenças são toleradas ou apreciadas como curiosidades exóticas, se voltando para o processo de produção das diferenças e trabalhando, centralmente, com a instabilidade e precariedade de todas as identidades. Ao colocar em discussão as formas como o outro é constituído, leva a questionar as estreitas relações do eu com o outro. A diferença deixaria de estar lá fora, alheia à pessoa, para ser compreendida como indispensável para a sua existência: ela estaria dentro, integrando a pessoa e a constituindo, fazendo sentido e desestabilizando as certezas.

A partir desta breve análise, é possível perceber como as diferenças podem se constituir em fator determinante de fracasso e exclusão no interior da escola. De acordo com Monteiro e Monteiro (2006), esta exclusão não se limita somente à saída voluntária do sujeito, ela cerceia seu pleno direito de ser e estar numa sociedade permeada pela diversidade.

[5] A teoria *queer* se propõe não só a pensar a ambigüidade e a fluidez das identidades sexuais e de gênero, mas também a redefinir todas as relações de poder e saber inerentes à sociedade.

A evasão escolar, decorrente das dificuldades encontradas em razão da intolerância e discriminação, coloca as travestis em uma posição complexa que envolve a impossibilidade de uma educação formal que dê acesso ao conhecimento, ao trabalho e à renda, o que facilmente pode conduzir à pobreza e à marginalização.

Todas as entrevistadas vieram das classes populares, sendo que, após a saída de casa, em razão da pouca idade e escolaridade, relataram que enfrentaram inúmeras dificuldades para encontrar formas de garantir sua sobrevivência. Tais obstáculos têm impulsionado as travestis com freqüência à prostituição, constatação presente nos relatos de todas as entrevistadas.

Nardi (2007) salienta que o trabalho não suporta a diversidade, pois também está estruturado a partir de um código moral binário e heterossexista. Assim, o trabalho, como os demais aspectos da vida social, termina por reproduzir a ideologia dominante, não contemplando aquelas identidades que escapam da norma heterossexual hegemônica. Assim, é salutar questionar quais as conseqüências e prejuízos sofridos por aquelas pessoas que são privadas da educação formal e do trabalho por representarem uma diversidade não contemplada na ordem vigente.

A educação e o trabalho permitem o desenvolvimento da pessoa e seu ingresso no gênero humano. Privar as travestis deste acesso pode condená-las a um lugar que dificulta as suas possibilidades de superação da alienação e das relações de dominação, reduzindo suas oportunidades e mantendo-as à margem, representada pela exclusão social.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

O modo como as pessoas internalizam os significados dados aos corpos, aos gêneros e à sexualidade sofre muita influência da visão naturalizante e alienada de certos padrões de comportamento, que terminam por definir o que é normalidade, desqualificando o que lhe escapa e transformando-o em desvio ou patologia.

A não adaptação às normas de inteligibilidade cultural a respeito dos gêneros impulsiona as travestis à busca de uma aproximação com aquela identidade que acreditam ser a mais adequada para si dentro das possibilidades culturalmente aceitas, neste caso, a feminina. Este processo de identificação atenua de modo significativo a angústia e o desconforto de não conseguir localizar-se integralmente no pólo masculino ou feminino.

O mesmo processo que permite essa identificação com o gênero feminino traz aspectos complexos que devem ser enfrentados pelas travestis em seu cotidiano. Quando estas constatam que não há lugar socialmente legítimo para o que elas são, o desamparo e a falta de referenciais de como agir e se comportar terminam por inseri-las à margem daquilo que é considerado culturalmente inteligível. Portanto, o abandono familiar, a exclusão na escola e no trabalho e o rótulo patologizante têm sido importantes elementos que se articulam na formação da identidade travesti, gerando intenso sofrimento psíquico, marginalização e redução de possibilidades de escolha.

Desta forma, o presente trabalho propôs uma reflexão acerca destes diversos aspectos que se articulam na vivência travesti e contribuem para a formação de sua identidade, adotando-se uma perspectiva que compreende estas pessoas como pertencentes a um contexto social e histórico, da qual são fruto, mas também agentes ativas de transformação. Assim, é a partir deste contexto que deve se analisar o sofrimento, o sentimento de desajustamento e de marginalização que acomete as travestis. Este sentimento não pode ser patologizado e percebido como algo que brota exclusivamente a partir da própria pessoa, mas sim que surge a partir de sua relação com o mundo e com as normas culturalmente inteligíveis.

Tal perspectiva permite compreender a experiência travesti sob um novo ângulo que afasta o caráter de anormalidade, pensando-a como uma das muitas maneiras de vivenciar o gênero e a sexualidade, permitindo a desconstrução da matriz dicotômica e heterossexual que estipula as condutas consideradas adequadas, fazendo-as serem percebidas como naturais e da essência de homens e mulheres.

Romper com esta visão permite repensar os modos pelos quais as travestis estão se constituindo como sujeitos. A fim de acolher sua existência que subverte o *status quo* e as normas culturalmente construídas, é necessário acolher também o seu sofrimento, contextualizando-o e compreendendo-o como um modo de expressão da sua existência que não está separada das condições materiais de vida.

Tendo em vista este contexto, é possível se pensar em propostas de trabalho e políticas públicas que contemplem este segmento social nas suas mais diversas demandas. A necessidade de promover sua conscientização, rompendo com padrões que aprisionam as travestis na angústia de um enquadramento dentro das normas culturalmente inteligíveis é uma tarefa importante que pode ser enfrentada. O direito ao nome social, o desemprego, a exclusão familiar e escolar, a vulnerabilidade e a exposição à violência são aspectos que

devem ser contemplados nas mais diversas esferas sociais – jurídica, educacional, do emprego, da saúde, etc.

Além disso, existe a necessidade de ampliação das discussões das temáticas relativas à identidade de gênero e suas interfaces no meio acadêmico, tantos nos cursos de graduação quanto de pós-graduação, bem como o incentivo à pesquisa, possibilitando a produção de conhecimento e de diferentes oportunidades de atuação para profissionais de todas as áreas que venham a trabalhar com esta população.

Neste momento é importante ressaltar as iniciativas governamentais e de organizações da sociedade civil que vem permitindo que a travestilidade ganhe espaço de discussão, possibilitando a produção de resultados que promova maior inserção social, cidadania e acesso a direitos básicos garantidos constitucionalmente.

Em abril de 2010, travestis de todo o país, em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos e o Ministério da Saúde lançaram a campanha “Sou travesti. Tenho direito de ser quem eu sou”[6] com o objetivo de promover a inserção social e a imagem positiva das travestis, bem como disseminar o conhecimento sobre as formas de prevenção à AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis, além do combate à violência e à discriminação. Foi a primeira vez que travestis produziram e criaram materiais em uma campanha nacional em seu benefício.

Além do foco no público-alvo da iniciativa, a campanha teve um folheto dirigido à educadoras e educadores, com informações sobre o nome social, o uso do banheiro feminino, como proceder nas aulas de Educação Física, etc. Com o slogan "Olhe. Olhe de novo, e veja além do preconceito", busca-se apresentar as travestis como pessoas que trabalham, estudam e tem família, de forma a romper com o estereótipo negativo e estigmatizante a que estão associadas.

O Programa Brasil sem Homofobia[7], lançado em 2004 pelo Governo Federal, visa promover a cidadania e os direitos humanos da população LGBT a partir da equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação.

O programa tem como foco de ações a articulação da política de promoção dos direitos de LGBT, como por exemplo, apoiar e articular proposições legislativas, apoiar o desenvolvimento de instrumentos técnicos para a criação de diretrizes para as Secretarias

[6] Disponível em: http://www.aids.gov.br/campanha/campanha-sou-travesti-tenho-direito-de-ser-quem-eu-sou
[7] Disponível em: http://portal.mj.gov.br/sedh/documentos/004_1_3.pdf

de Educação, de Segurança Pública, de Saúde, da Cultura e Ministério do Trabalho a fim de contemplar este segmento.

No que concerne mais especificamente à Educação, tendo em vista a necessidade que surge de se reverem práticas e políticas pedagógicas que proponham mudanças e acolham as diferenças, a Instrução Conjunta nº 2/2010[8] vem proporcionar que travestis e transexuais maiores de 18 anos possam optar por usar seu nome social nos documentos escolares internos, tais como registro de classe, boletim e editais de notas, nas escolas da rede estadual de ensino do Paraná.

Além de tal inovação, a Secretaria de Estado da Educação do Paraná criou em 2007 o Departamento de Diversidade[9]. Dentro deste atua o Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NGDS) com diversas propostas direcionadas ao segmento LGBT. Entre elas, são ofertados dois cursos de formação direcionados para professoras e professores (Gênero e Diversidade nas Escolas e Saúde e Prevenção nas Escolas), sendo que durante o curso devem desenvolver planos de ação contemplando a temática a serem executados em suas escolas de origem. Além disso, por meio dos Núcleos Regionais de Educação, são realizadas oficinas itinerantes voltadas para a formação de educadoras e educadores em todo o estado abordando diversos temas, incluindo gênero e diversidade sexual. Assim, o foco principal destes projetos é a formação de docentes para que estejam mais preparados para trabalhar com estas temáticas com suas turmas, nas mais diversas disciplinas.

Propostas e campanhas como estas refletem a necessidade de se pensar e trabalhar nos mais diversos âmbitos com uma visão que articule, apóie e estabeleça práticas que procurem desestabilizar e desconstruir a ilusão de naturalização acerca da norma heterossexual e das características atribuídas aos gêneros a fim de perceber como o conhecimento, as relações humanas e os lugares sociais atribuídos a cada pessoa são construídos histórica e culturalmente. Estes lugares devem ser percebidos como passíveis de intercâmbio visto que as posições não são fixas. Isto permite compreender o caráter fluido, dinâmico e plural das identidades, questionando-se o conceito de normalidade, garantindo a possibilidade de existência e o livre exercício da cidadania a todas aquelas identidades que rompem e desarticulam as normas culturais vigentes.

[8] Esta normativa foi elaborada pela Superintendência da Educação do Estado do Paraná e a Diretoria de Administração Escolar de forma conjunta.
[9] Disponível em: http://www.diaadia.pr.gov.br/ngds/

5. REFERÊNCIAS:

BENEDETTI, M. **Toda feita:** o corpo e o gênero das travestis**.** Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BENTO, B. **A reinvenção do corpo:** sexualidade e gênero na experiência transexual**.** Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BERGER, P. L., LUCKMANN, T. **A construção social da realidade:** tratado de sociologia do conhecimento**.** 3ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1976.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina.** 7ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BUTLER, J. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

LOURO, G. L. Currículo, gênero e sexualidade – o "normal", o "diferente" e o "excêntrico". In: LOURO, G.L., FELIPE, J., GOELLNER, S.V. (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade**. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 41-52.

_____. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2001000200012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 mai 2010.

MEYER, D. E. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, G.L., FELIPE, J., GOELLNER, S.V. (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade**. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 9-27.

MIRANDA, M. G. O processo de socialização na escola: a evolução da condição social da criança. In: LANE, S.; CODO, W. (Orgs). **Psicologia social**: o homem em movimento. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 125-135.

MONTEIRO, M. B. A., MONTEIRO, M.S.A. Singularidades e diferenças: gênero e exclusão na sala de aula. In: I CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL, 1., 2006. Disponível em http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000092006000100033&lng=en&nrm=abn>. Acesso em: 24 mai 2010.

NARDI, H. C. Nas tramas do humano: quando a sexualidade interdita o trabalho. In: POCAHY, F. (Org.). **Rompendo o silêncio:** homofobia e heterossexismo na sociedade contemporânea. Porto Alegre: Nuances, 2007. P. 71-80.

PIERUCCI, A. F. **Ciladas da diferença**. São Paulo: Editora 34, 1999.

REGO, T. C. **Vygotsky:** uma perspectiva histórico-cultural da educação**.** 14ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

REIS, J. R. T. Família, emoção e ideologia. In: LANE, S.; CODO, W. (Orgs). **Psicologia social**: o homem em movimento. São Paulo: Brasiliense, 2004. P. 99-124.

RICH, A. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Revista Bagoas,** Natal, v.4, n. 5, p. 17-44, jan/jun. 2010.

TULESKI, S.C. **Vygotski:** a construção de uma psicologia marxista. 2ª Ed. Maringá: Eduem, 2008.

VIGOTSKI. L. S. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 2003**.**